

## Memórias da desoneração

Rogério L. Furquim Werneck\*

O Brasil é mesmo um país sem memória. O governo está de novo às voltas com as enormes dificuldades de pôr fim à indefensável desoneração das folhas de pagamento dos “setores que mais empregam”, que já custou dezenas de bilhões de reais às contas públicas.

Nunca é demais lembrar as origens desse infundável trem da alegria. O programa foi desenvolvido, em meados de 2011, sob a bandeira da Nova Matriz, no laboratório de pajelanças avançadas da inesquecível equipe econômica do primeiro governo da presidente Dilma Rousseff.

A ideia inicial era um projeto piloto que permitiria que setores exportadores ou expostos à concorrência de importações, escolhidos a dedo, deixassem de pagar contribuição sobre a folha e passassem a recolhê-la sobre faturamento, com alíquotas favorecidas, negociadas setor a setor, conforme a grita de cada um deles.

Uma simples redução da alíquota de contribuição patronal, sem mudança da base de incidência, teria sido mais transparente. Mas, para o governo, a graça do arranjo era justamente não ser transparente e lhe dar espaço para uma política particularista, não-horizontal, de concessão de favores específicos a cada setor.

De início, eram só quatro setores. Em abril de 2012, passaram a ser 15. Mas, como poderia ter sido previsto por qualquer observador menos ingênuo de como as coisas funcionam em Brasília, a mágica logo fugiu ao controle do governo, quando o Congresso, fascinado pela alquimia, apossou-se do caldeirão. E, para espanto e desespero dos aprendizes de feiticeiro, passou a distribuir a poção a dezenas de outros setores que nada tinham a ver com comércio exterior.

Quando se trata de conceder benesses, o Congresso tende a dispensar tutela. Prefere levar adiante suas próprias ideias, com a determinação implacável que costuma exibir quando se vê diante de uma oportunidade de extração tão farta de dividendos políticos. O número de setores agraciados saltou de 15 para 56.

Há anos, sucessivas autoridades fazendárias vêm tentando desmontar esse trem da alegria. A equipe econômica de Michel Temer, ajudada pelo senso de urgência imposto pela gravidade da crise que lhe coube enfrentar, conseguiu reduzir a lista de beneficiados a 17 setores. Número que permaneceu inalterado até hoje.

As dificuldades, enfrentadas a cada governo, para acabar de vez com tais benesses, dão bem ideia de quão poderoso e eficaz tem sido o *lobby* conjunto dos setores que ainda continuam a tirar bom proveito desse esquema indefensável. E bem ilustram como os danos de medidas despropositadas de política econômica podem persistir por anos e anos.

Há muito se cobra do governo avaliação periódica de políticas públicas adotadas no passado. Pois já há estudos rigorosos da política de desoneração da folha, como o de Baumgartner, Corbi e Narita, que confirmam que seus supostos benefícios nem de longe compensam o custo proibitivo que vem sendo imposto às finanças públicas.

Junto com a prorrogação das benesses até 2027, o Congresso ainda se permitiu aprovar um estapafúrdio jabuti que dobra a conta do rombo, ao conceder, a municípios de menos de 142,6 mil habitantes, redução da alíquota patronal de contribuição sobre a folha de 20% para 8%. Por que mesmo parcela tão grande dos encargos sobre a folha de milhares de municípios deveria deixar de ser paga?

Em boa hora e com bons argumentos, o presidente vetou o projeto de lei. Mas, como o veto parece fadado a ser derrubado, é bem possível que a questão venha a ser judicializada. Estará o governo disposto a levar a judicialização a sério? A esta altura, tendo já deixado pelo caminho suas fantasias iniciais sobre a expansão de receita com que poderia vir a contar, o governo parece já ter adquirido a lucidez necessária para se dar conta da falta que lhe farão R\$ 20 bilhões por ano até o final do mandato.

Resta saber se o STF perceberá a importância de se manifestar tão logo quanto possível, para sustar a perda colossal de receita que a derrubada do veto poderá impor ao erário nos próximos anos.

---

\* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.